

## Miríades identitárias

Pretendemos abordar em nossa pesquisa questões acerca da estrutura narrativa do livro *Mongólia* de Bernardo Carvalho. Acreditamos que o arranjo estrutural deste romance tenha uma relação estreita com um processo de formação identitária complementar que ocorre entre os narradores-personagens-leitores. Antes, porém, de definirmos o conceito de formação de identidade complementar, de alteração e criação de metaperpectivas, e de demonstrar como eles atuam em *Mongólia*, precisamos pensar quais as implicações teóricas acerca do conceito de identidade.

Achamos pertinentes os argumentos desenvolvidos pelo professor Stuart Hall (2006) no livro *A identidade cultural na pós-modernidade* uma vez que neste livro o autor traça uma linha histórica acerca das mudanças de conceituações sobre o sujeito ocorridas durante a modernidade. Essas mudanças são marcadas pelas transformações ocorridas nesse período. Elas alteram a maneira dos indivíduos se relacionarem com instituições e estruturas sociais.

A primeira ruptura conceitual importante com o passado foi o surgimento do conceito de “indivíduo soberano”, o que ocorreu entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII.

A história moderna do sujeito individual possuiria dois significados distintos: a de sujeito indivisível, entidade unificada no seu próprio interior; e a de entidade "singular, distintiva, única". A formulação dessa concepção surgiu, no pensamento e na cultura ocidentais, a partir da Reforma e do Protestantismo; do Humanismo Renascentista; das revoluções científicas e do Iluminismo. Esses movimentos contribuíram para que o indivíduo tivesse a consciência liberta das instituições religiosas, além de lhe conferir a capacidade de indagar, investigar e decifrar mistérios da natureza. Criou-se a imagem do homem racional e científico.

O conceito de indivíduo "sujeito-da-razão" começou a se modificar à medida que as sociedades modernas se tornavam mais complexas. "O cidadão individual tornou-se enredado nas máquinas burocráticas e administrativas do

estado moderno". Assim, o indivíduo passou a ser visto como localizado e definido no interior dessas estruturas típicas da sociedade moderna. Surgiu, a partir dessa visão, uma concepção mais social do sujeito. De modo geral, dois eventos contribuíram para a articulação de fundamentos conceituais para o sujeito moderno: a biologia darwiniana - a razão baseava-se na natureza e a mente no desenvolvimento físico do cérebro humano; e o surgimento de novas ciências sociais. Tem-se a partir desses fundamentos um modelo sociológico em que indivíduo e sociedade, interior e exterior se relacionam com base em uma reciprocidade estável. A partir do Modernismo, com seus movimentos estéticos e intelectuais, começa a emergir a concepção de "indivíduo isolado, exilado ou alienado, colocado contra o pano-de-fundo da multidão ou da metrópole anônima e impessoal" (HALL, 2006, p. 30-32).

A fim de demonstrar quais teriam sido as mudanças que provocaram alterações na concepção de sujeito e identidade, Stuart Hall (2006) descreve descentramentos pelos quais o sujeito do Iluminismo, visto como possuidor de identidade fixa e estável, teria passado e dado origem às identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas do sujeito contemporâneo.

Descentramento, neste contexto, é entendido como deslocamento, processo ocorrido com o sujeito moderno durante a modernidade tardia. Esses deslocamentos são geralmente descritos através de rupturas ocorridas nos discursos do conhecimento moderno:

- Descentramento do pensamento marxista: argumenta-se que o pensamento marxista deslocara a noção de agência individual. Stuart Hall cita Louis Althusser que afirmou ter ocorrido o deslocamento de duas posições importantes da filosofia moderna quando o pensamento marxista coloca as "relações sociais (modos de produção, exploração da força de trabalho, os circuitos do capital) e não uma noção abstrata de homem no centro" de seu modelo teórico desloca-se a noção essencialista do homem e a noção de que cada indivíduo possui como atributo uma essência, que corresponderia ao sujeito real (HALL, 2006, p. 34);

- Descentramento psicanalítico: Freud descobre o inconsciente e afirma que este tem um papel fundamental na formação de nossas identidades. Os

processos psíquicos e simbólicos do inconsciente teriam uma "lógica" diferente da lógica da Razão. Essa concepção desbanca o conceito de sujeito racional e de identidade fixa e unificada. Embora os apontamentos de Freud e os pensadores que o lêem sejam criticados pela dificuldade de visualizar e examinar os processos do inconsciente é considerável o impacto desses trabalhos sobre as formas modernas de pensamento. Pode-se inferir dessa linha de trabalhos o pensamento de que a identidade não é algo fixo e inato ao ser humano. A identidade seria algo formado por um processo histórico individual desenvolvido por processos inconscientes e não algo presente na consciência no instante do nascimento. A noção de sujeito unificado seria fruto do imaginário ou da fantasia sobre a unidade do sujeito. Stuart Hall (2006) conclui que o melhor seria falar de identificação, dando ênfase ao processo e não ao suposto resultado de uma identidade acabada (p.26).

Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso exterior pelas formas através das quais nós nos imaginamos ser vistos por outros (HALL, 2006, p. 39);

- Descentramento lingüístico: O lingüista Ferdinand Saussure se ocupa em analisar a relação entre língua e sujeito. Ele afirma que "nós não somos, em nenhum sentido, os 'autores' das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua". Isso equivale dizer que quando utilizamos a língua nós nos posicionamos em seu interior, mas de maneira alguma constituímos suas regras e seus sistemas de significado. "A língua é um sistema social e não individual. Ela preexiste a nós". Nesse sentido, falar qualquer língua implica a ativação de sistemas de significado já presentes na estrutura da língua e no sistema cultural no qual ela se insere (Hall: 2006, 40).

Os significados das palavras não são fixos, eles surgem de relações de diferença e similaridade entre elas. Sabe-se, então, o que é a noite porque ela não é o dia. Nesse sentido, pode-se perceber a analogia entre língua e identidade.

Através de uma dialética opositiva o sujeito sabe o que é em relação com o que não é, ou seja, em relação com o outro. Argumenta-se, baseado no pensamento de Saussure, que não se pode fixar o significado de uma forma final, inclui-se aí a própria noção de identidade (p. 40-41).

- Descentramento foucaultiano: nos estudos de Michel Foucault, filósofo e historiador francês, destaca-se um novo tipo de poder, o poder disciplinar. Esse novo tipo de poder apareceu com o desenvolvimento das instituições surgidas no século XIX. São instituições responsáveis pelo policiamento, pela disciplina das populações modernas - oficinas, escolas, prisões, etc. O poder disciplinar tem duas preocupações: em um primeiro nível, a vigilância, a regulação e, secundariamente, o indivíduo e o corpo. Ressalta-se que, mesmo o poder disciplinar sendo produto de um processo coletivo de institucionalizações, ele age de maneira a individualizar ainda mais o sujeito.

O que é particularmente interessante do ponto de vista da história do sujeito moderno, é que, embora o poder disciplinar de Foucault seja o produto das novas instituições coletivas e de grande escala na modernidade tardia, suas técnicas envolvem uma aplicação do poder e do saber que 'individualiza' ainda mais o sujeito (HALL, 2006, p. 42-43).

- Descentramento provocado pelo impacto do feminismo: Para Stuart Hall (2006), o feminismo teve relação direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico. O movimento feminista questionou distinções clássicas como o 'dentro' e o 'fora', o 'privado' e o 'público'. Assim, questões como a família, a sexualidade e o trabalho doméstico passaram a ser discutidas politicamente. Outras questões como a formação de identidades sexuais e a noção de identidade única para homens e mulheres também foram problematizadas (p. 44).

A descrição dos descentramentos pelos quais o conceito de identidade passou demonstra como o conceito de identidade fixa, unificada e estável foi substituído por um conceito de identidade móvel, fragmentada. Caracterizar as várias concepções de identidade é uma tentativa de entender como o processo de

formação de identidade ocorre na pós-modernidade.

Segundo Stuart Hall (2006), podem-se mapear três concepções de identidade: a concepção de identidade do Iluminismo; a concepção de sujeito sociológico e a concepção de sujeito pós-moderno. O sujeito do Iluminismo seria aquele dotado de um "centro", um núcleo que nascia e se desenvolvia com o indivíduo. Esse centro mantinha-se o mesmo, quase inalterado, ao longo da vida desse indivíduo. Essa concepção aponta para um indivíduo centrado, unificado, dotado das capacidades racionais, de consciência, de ação, "cujo 'centro' consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo o mesmo (...) ao longo da existência do indivíduo" (HALL, 2006, p. 10-11).

Resultado do aumento de complexidade do mundo moderno, a concepção de sujeito sociológico considera que o núcleo, o 'centro', interior do sujeito não é autônomo e auto-suficiente, mas produto da relação com pessoas relevantes para ele. A importância dessas pessoas reside no fato de serem mediadores de valores, sentidos e símbolos.

Na visão interacionista, a identidade é formada no processo de interação entre o eu e a sociedade. Essa é a concepção clássica da sociologia. Os personagens fundamentais dessa concepção são, segundo Hall (2006), G. H. Mead, C. H. Cooley e os interacionistas simbólicos. Mas essa concepção da identidade não descarta a noção de que o sujeito seria possuidor de um eu, de um núcleo interior, apenas considera que esta unidade interior de cada sujeito seria modificada a partir do diálogo com o exterior e com as múltiplas identidades que nele circulam. Nessa perspectiva é estabelecido um jogo de projeções em que o 'eu' dos indivíduos se projeta nas identidades que circulam no exterior, de maneira que os significados e valores das mesmas passam a fazer parte da essência interior do sujeito. Isso contribui para "alinhar nossos sentimentos subjetivos com lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural". Dessa forma, a identidade estabelece um elo entre o sujeito e a estrutura. Há uma argumentação que demonstra uma modificação nesse processo. O sujeito pré-existente, com identidade fixa, unificada, estaria sofrendo um processo de fragmentação e instabilidade. O sujeito teria não uma, mas várias identidades, tantas quantas fossem as correspondentes no mundo exterior (HALL, 2006, p. 11-12).

A simetria entre o interior e o mundo cultural exterior assegurava certa conformidade do indivíduo que precisava apenas identificar-se com uma das identidades exteriores a si e adotá-la. Os papéis sociais desempenhados pelos sujeitos modernos são reflexos desse processo. Em um período posterior, chamado por alguns de modernidade tardia e por outros de pós-modernidade, pode-se observar a ocorrência de grandes mudanças estruturais e institucionais que estão levando ao colapso as identidades que compunham o mundo moderno. O processo de identificação modificou-se, tornando-se mais instável e variável e por isso mesmo mais problemático e complexo.

É desse processo instável que o indivíduo pós-moderno se constitui, e em função disso é conceitualizado como sendo possuidor de uma identidade instável e flutuante. Isso significa dizer que a constituição identitária sendo fruto de um processo instável e flutuante permite que o sujeito assuma várias identidades, identidades distintas para momentos, contextos e situações diferentes. Em oposição ao sujeito moderno que desempenhava ‘papéis’ sociais bem definidos, na convicção de que era possuidor de uma identidade única e estável.

A questão agora é: o sujeito já não sendo fixo e estável, sendo fragmentado, como se comporta em termos de suas identidades culturais? E, mais especificamente, em relação à identidade nacional? Essa questão é analisada por Stuart Hall (2006) sob a égide de dois questionamentos: “O que está acontecendo à identidade cultural na modernidade tardia?” e “Como as identidades culturais nacionais estão sendo afetadas ou deslocadas pelo processo de globalização?”. O autor argumenta que a idéia de nação traz consigo um conjunto de símbolos além de ser um sistema de representação cultural, de maneira que as pessoas tornam-se parte dessa idéia de nação ao se identificarem como inglês ou francês. Entretanto, a noção de identidade nacional como algo coerente e unificado começou a ser modificada pelo processo de globalização (p. 47). O termo globalização se refere a processos que ocorrem em escala global e não reconhecem fronteiras. Desse modo, integra e conecta comunidades em novas formas de organização, que ocorrem em função da relação entre espaço e tempo. A globalização torna o mundo “em realidade e em experiência mais interconectado” (p. 67). Essa característica do fenômeno da globalização dilui a idéia sociológica clássica de ‘sociedade’ enquanto sistema bem delimitado. A alteração na compreensão do espaço (distâncias) e do tempo é um dos aspectos da globalização mais

importantes quando se percebe seu considerável efeito sobre as identidades culturais. A importância dessa alteração reside no fato de o tempo e o espaço serem coordenadas básicas em todos os sistemas de representação (p. 68).

A noção de identidade nacional está, segundo Stuart Hall, ligada ao processo de representação. “Assim, a moldagem e remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas” (2006, p. 71).

O processo de construção de identidade nacional é um processo imaginativo. Criam-se discursos acerca de determinados modos de agir e pensar para caracterizar identidades. Donde se pode concluir que quando os modos de imaginar são modificados as estratégias representacionais também se modificam.

Contemporaneamente, vivemos um momento de muitas mudanças: tendências se entrecruzam, criamos novos modos de viver e entendermos o mundo e a nós mesmos.

A diferença crucial entre a modernidade e a pós-modernidade reside, sobretudo, mas não apenas, na grande evolução tecnológica, evento que alterou radicalmente nossos modos de viver. Elementos como o computador pessoal, *internet*, *games*, hipertextos, *dawnload* de músicas e vídeos, MP3, comunidades virtuais, a telefonia, os meios de transporte, que encurtam grandes distâncias, em resumo, todos os novos adventos tecnológicos modificam a relação entre os indivíduos e modificam também modos de pensar e agir. No texto “*True lies: computadores, internet e afins da vida cotidiana*”, um dos artigos do livro *Cabeças Digitais - o cotidiano na era da informação* (2006), Flávia Sollero de Campos cita um dos argumentos de Pierre Lévy presente no livro *As tecnologias da inteligência* (1993), segundo o qual a invenção da máquina de impressão operou transformações compatíveis com as que estamos vivenciando na pós-modernidade com a invenção e inserção dos computadores no cotidiano. A partir da invenção da máquina de impressão novas formas de pensar, de expressar sentimentos, de representar nosso eu e nossa memória cultural começaram a operar. O argumento serve-nos para demonstrar como a difusão do uso de ferramentas tecnológicas pode alterar formas de agir, sentir e pensar (p. 132 – 133).

Flávia Sollero de Campos apresenta no texto em questão comentários – como a própria autora os define – que demonstram a preocupação em entender a

relação entre construção subjetiva, sociedade e cultura. Nesse propósito, a autora cita a socióloga Nancy Chodorow e os argumentos defendidos por ela no livro *The power of feelings* (1999). Neste trabalho, Chodorow promove uma aproximação entre a teoria sociológica e a teoria psicanalítica. Para Flávia Sollero, Chodorow propõe a teoria da construção do significado pessoal, segundo a qual o significado seria produto de uma mistura inseparável do social, do cultural, do histórico e da psicodinâmica pessoal. O significado resultaria, simultaneamente, de dentro e de fora. Chodorow defende, segundo Sollero, “que os significados de *self*, identidade e gênero são múltiplos, parciais, instáveis, cheios de tensões e contradições” (2006, 135).

Falamos das mudanças ocorridas nos modos de pensar e imaginar para tentar demonstrar como o indivíduo pós-moderno, tendo alterado a forma de pensar seu eu e o mundo que o cerca, pode ter alterado também a forma de imaginar a identidade nacional. O efeito da globalização desempenha importante papel nesse processo.

Partindo do argumento de que as culturas nacionais são compostas de instituições culturais, de símbolos e de representações, Hall defende que existem modos de contar a narrativa da cultura nacional. Um desses modos seria a narrativa nacional “contada nas literaturas nacionais, nas histórias, na mídia e na cultura popular” (2006, p. 52).

A mídia assume grande importância em função do papel que desempenha na sociedade contemporânea. No texto “Subjetividade e História”, segundo capítulo do livro *Cartografias do Desejo* (1993), Felix Guattari e Suely Rolnik discutem as formas de construção de subjetividade. Os autores propõem que a subjetividade humana é, essencialmente, fabricada, modelada, recebida, consumida. Sendo as máquinas de produção das mesmas variadas. Nos sistemas tradicionais há máquinas como a escala de uma etnia, de uma corporação profissional. Em sistemas capitalísticos, a produção é industrial e acontece em escala internacional (p. 25). Guattari e Rolnik ressaltam que ao invés de sujeito de enunciação ou de instâncias psíquicas preferem falar de agenciamento coletivo de enunciação. “O agenciamento não corresponde nem a uma entidade individuada, nem a uma entidade social predeterminada” (p. 31).

A produção de subjetividade, nesse sentido, centra-se no processo de funcionamento de máquinas de expressão tanto extrapessoal (entre eles a mídia)

quanto infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, etc.).

Os conceitos de indivíduo e subjetividade são analisados distintamente por Félix Guattari e Sueli Rolnik. Na concepção dos autores, os indivíduos constituem-se como resultado de uma produção de massa. Nesse sentido, o indivíduo sofre um processo de serialização e modelização. Enquanto que “a subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo”, isto porque apresenta múltiplas formas de agenciamento, sendo fabricada e modelada no registro social. (GUATTARI & ROLNIK, 1993, p. 31)

Os indivíduos são, no contexto discutido pelos autores, ‘consumidores’ de sistemas de representação, de sensibilidade, etc. exemplo disso são crianças que ao passarem boa parte de seu tempo em frente a aparelhos de televisão terão sua subjetividade modelada pelas relações de imagens, de palavras e significações vinculadas por esse aparelho.

Desse modo, imagens, cenários, paisagens, eventos históricos, símbolos e rituais são compartilhados pelos sujeitos, criando uma rede de identificação que conecta cada indivíduo a uma rede histórica já em curso e que guardaria uma essência imutável da identidade nacional, mesmo com a evolução natural dos eventos e das mudanças históricas (HALL, 2006, p. 52-53).

As culturas nacionais buscam a identificação pela representação unificada, propagando a idéia de unidade, questionada diante de características muito particulares da pós-modernidade. Seria possível falar de uma identidade cultural unificada em um período em que a multiplicidade, a instabilidade e a fragmentação são tão visíveis? As identidades nacionais são, como vimos, construtos discursivos que pretendem gerar uma unidade, uma estabilidade identitária. Mas esta unidade só é possível enquanto discurso, uma vez que identidades nacionais não dão conta de apaziguar as diferenças – divisão de classes, grupos étnicos e grupos de gênero – cada vez maiores. Além disso, elas não são isentas do jogo de poder e tensões internas. O deslocamento das identidades nacionais é resultado de vários processos de mudança. Esses processos podem ser reunidos, como já vimos anteriormente, sob o termo Globalização, fenômeno que desfaz fronteiras nacionais aproxima comunidades e modifica a relação espaço-tempo. Toda forma de representação traduz seu objeto em dimensões espaciais e temporais. Conclui-se, então, que os processos de

identificação alteram-se em função da modificação da relação espaço-tempo. A maneira como as identidades são discursivizadas e representadas é fundamentalmente alterada. “Colocadas acima do nível da cultura nacional, as identificações *globais* começam a deslocar e, algumas vezes, a apagar as identidades nacionais”. (HALL, 2006, 73). Isso porque a relação de interdependência cultural imposta pelos fenômenos de globalização provoca movimentos migratórios, que, em certa medida, são responsáveis pelo fluxo de culturas e/ou identidades culturais. Quando nações, grandes centros econômicos, são destinos de populações periféricas, tornam-se espaços em que a chamada identidade nacional passará a ser fragmentada, ou “partilhada” com as outras identidades culturais que passam a constituir “nichos” culturais e identitários. Esses deslocamentos podem acabar por constituir “enclaves” étnicos minoritários no interior dos estados-nação do Ocidente, levando a uma “pluralização de culturas nacionais e de identidades nacionais” (HALL, 2006, p. 83).

Em *Mongólia* questões em torno da identidade aparecem em mais de um nível. Tem-se o jogo de metaperspectivas estabelecido entre os narradores-personagens, como discutiremos mais adiante, e também a discursivização de uma suposta identidade do homem, da cultura, da política e da religião do povo chinês e especialmente do povo mongol. Não é possível aplicar a moldura teórica desenvolvida por Stuart Hall sobre questões acerca de identidades orientais uma vez que o processo descrito pelo estudioso tem como referencial o Ocidente. Seus conceitos são contudo úteis quando tratamos das questões identitárias que envolvem os narradores-personagens, todos ocidentais. É possível, no entanto, perceber que o processo de construção da identidade oriental desenvolvido pelo discurso ocidental segue a lógica demonstrada pelos argumentos de Hall. Isto porque tal lógica surge da moldura cultural dos narradores-personagens, localizados dentro da cultura e do discurso ocidental. Os argumentos apresentados por Edward W. Said em *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (2007), podem nos auxiliar na compreensão de como esse processo se desenvolve.

O oriental e o Oriente assumem para o ocidental uma característica de exótico que acaba atraindo sua atenção. Sob a ótica de Edward W. Said, todas as visões e discursivizações acerca do Oriente podem ser colocadas sob a égide do termo orientalismo.

No livro *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (2007), Said discute as várias significações que o termo pode assumir. Para os europeus, o Oriente sempre fora um lugar de seres exóticos, de lugares encantados e de experiências grandiosas e extraordinárias. O Oriente constitui-se como uma das experiências mais antigas do outro tendo importante papel na definição da imagem, da idéia e da personalidade da Europa – ou Ocidente. Orientalismo seria inicialmente uma forma de abordar o Oriente.

Os americanos não sentirão exatamente o mesmo sobre o Oriente, que mais provavelmente associarão ao Extremo Oriente (principalmente à China e ao Japão). Ao contrário dos americanos, os franceses e os britânicos – e em menos medida os alemães, os russos, os espanhóis, os portugueses, os italianos e os suíços – tiveram uma longa tradição do que vou chamar de *Orientalismo*, um modo de abordar o oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência ocidental européia. (SAID, 2007, p. 27)

O oriente é, dessa forma, parte material da civilização e da cultura européia. Orientalismo é uma forma de expressar e representar essa materialidade. Nos termos culturais e ideológicos a partir de “discursos baseados em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais”. Compreender o Oriente e o oriental torna-se tarefa difícil uma vez que o olhar direcionado dificilmente não estará emoldurado pelo discurso e pela visão Ocidental acerca do outro. Para Edward W. Said, a acepção mais comumente aceita para Orientalismo é a designação acadêmica. Nessa vertente enquadram-se pesquisadores e professores que têm como material o Oriente. O produto de seu trabalho, pesquisas, ensino e textos sobre o Oriente é o que se chama de Orientalismo. O termo, no entanto, passou a ser mal visto pelos especialistas. Basicamente, são dois os motivos que causaram essa imagem negativa: o primeiro é devido à imprecisão que o significante carrega e o segundo é a conotação de atitude arrogante do colonialismo europeu do século XIX e início do século XX. O fato é que mesmo perdendo adesão e força o objeto de observação que o designa continua suscitando interesse (SAID, 2007, p. 28).

Uma definição mais geral sobre o conceito de Orientalismo pode ser inferida a partir de processos de mudança e evolução da tradição acadêmica. Nesse contexto, a acepção seria a de Orientalismo enquanto forma de pensamento.

O Orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o “Oriente” e (na maior parte do tempo) o “Ocidente”. Assim um grande número de escritores, entre os quais poetas, romancistas, filósofos, teóricos, políticos, economistas e administradores imperiais têm aceitado a distinção básica entre o Leste e o Oeste como ponto de partida para teorias elaboradas, epopéias, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, seus povos, costumes, “mentalidade”, destino e assim por diante (SAID, 2007, p. 29).

O autor argumenta ainda que sem uma análise do Orientalismo como discurso não há compreensão de fato da disciplina por meio da qual a cultura europeia mapeou e até produziu o Oriente política, sociológica, militar, ideológica, científica e imaginativamente durante o período de pós-iluminismo. O pensamento de Said evidencia o papel construtor que a cultura europeia desempenhou em relação ao Oriente. É importante ressaltar, no entanto, que mesmo essa força criadora do Ocidente não ‘construiu’ um lugar que não existe, atribuiu-lhe contornos a partir de uma visão e cultura distinta. A relação estabelecida entre Oriente e Ocidente por meio de discursivizações institucionalizadas pela tradição acadêmica e/ou literária é geradora de uma imagem ocidentalizada do Oriente e do oriental. De tal modo que estudar possíveis identidades culturais orientais torna-se praticamente impraticável sem a consciência desse processo.

Localizando o discurso literário de *Mongólia* nesse contexto poderíamos considerar seu texto como expressão de uma forma de Orientalismo, uma vez que a política, a religião e o homem mongol são observados pelos narradores-personagens que acabam construindo para leitores ocidentais o que seriam essas instâncias.

Os discursos dos narradores da obra de Bernardo Carvalho apontam para índices culturais chineses e mongóis:

A obra principal da prosa chinesa no século XX é um pequeno livro de Lu Xun intitulado *A verdadeira história de AHQ*, que comprei ontem numa edição popular, bilíngüe, em chinês e inglês, no metrô. AHQ pode ser visto como uma alegoria da China: é um sujeito que só toma na cabeça mas consegue, por um

processo ostensivo de auto-sugestão, converter suas derrotas em vitórias. Está convencido de que é herói. Uma espécie de Macunaíma chinês. (CARVALHO, 2003, p. 28)

É possível observar no discurso do Ocidental sobre a literatura chinesa e sobre a própria China, ainda que de forma alegórica, a construção de uma suposta cultura daquele país por um ‘americano’. Em outros momentos, no discurso do desaparecido<sup>1</sup>, além da construção de uma pretensa identidade cultural da Mongólia, há, na verdade, uma tentativa de ‘desvendar’ elementos do cotidiano dessa sociedade. A analogia com *Macunaíma*, obra que pertence ao cânon da literatura brasileira, demonstra uma tentativa de leitura do outro a partir de elementos da própria cultura do narrador, dessa forma o outro – no caso o oriental – transforma-se no mesmo.

Segundo o relato do explorador americano Roy Chapman Andrews, que descobriu várias espécies de dinossauros quando fazia escavações no deserto de Gobi, nos anos 20, o Bogd Khaan, que era considerado um Buda vivo, a reencarnação da terceira autoridade mais alta na hierarquia do budismo tibetano, tinha um automóvel comprado em Xangai e ligava a bateria a uma corda que ficava pendurada na parede externa de seu Palácio de Inverno, de modo que os súditos e crentes, ao tocá-la em veneração levavam um choque que lhes confirmava os poderes do soberano e líder espiritual, enquanto ele se divertia lá dentro, em seus aposentos, ao vê-los estrebuchar do lado de fora. Ganbold desconhece a história e a versão de que o rei-deus era um depravado sífilítico. Não acha a menor graça. Quando visitamos mais tarde o palácio de Bogd Khaan, vejo que, apesar de descrente no que diz respeito às religiões, ele não admite que um estrangeiro venha achincalhar seus mitos nacionais. (CARVALHO, 2003, p. 50)

Aqui se pode perceber com certa clareza o que Edward Said chama de Orientalismo, todo um discurso sobre o Oriente, especificamente sobre a Mongólia. Além disso, o discurso do desaparecido desconstrói uma noção de religiosidade tipificada como própria do Oriente. Essa atitude demonstra a postura de tentativa de produção do Oriente pelo Ocidente. Mais que isso. Quando o desaparecido promove um discurso que desconstrói a religião budista, ele está, na

---

<sup>1</sup> O nome do personagem *desaparecido* está grafado com letra minúscula porque estamos seguindo a grafia instituída pela obra.

realidade, desconstruindo o seu discurso, enquanto ocidental, acerca do Oriente, o que implica um novo processo de construção, que, paradoxalmente, se constitui pela desconstrução.

Não pretendemos com isso enfatizar que o Oriente é somente uma idéia ou criação. Pretendemos demonstrar como o olhar ocidental pode atribuir novas formas, novas significações a partir de uma interpretação localizada dentro de sua cultura e não na cultura oriental.

Demonstrada a dificuldade de definição em torno do termo identidade, passamos agora a pensar outras questões.

Ao analisar a questão da construção de identidades interpessoais, R. D. Laing, conhecido estudioso da antipsiquiatria, destaca a necessidade de compreender que o *eu* não é o único agente no mundo e que, portanto, a “experiência do você, dele ou deles ou a do nós” pode ser tão ou mais importante que a experiência do *eu*. O indivíduo como objeto de estudo é substituído por um estudo que valoriza o processo de constituição de identidade em uma perspectiva diádica. Assim como Stuart Hall, R. D. Laing (1966) propõe que a identidade humana surge do processo de interação social. Para desenvolver seu argumento, Laing recorre a uma perspectiva histórica da construção de conhecimento nas ciências humanas. Ele afirma que a Filosofia e a Psicologia estavam voltadas para estudos em torno do *eu* e não atribuíam importância ao *você*. O início da mudança dessa concepção pode ser demarcado a partir dos estudos de Feurbach, filósofo do século XIX. O filósofo descobriu que a Filosofia em geral orientava-se exclusivamente em torno do “eu”. Não havia a percepção da importância do “você”. Laing também cita Freud e sua teoria construída em torno do *eu* ou ego, do *supra-eu* ou superego e do *id* ou isto, mas não o *você*. Laing demonstra a necessidade de entendimento da constituição do indivíduo a partir da relação que tem com o outro, dito de outro modo, a partir da concepção de que o *eu* não é o “único perceptor e agente do mundo”. O mundo seria constituído de outros, esses outros são “eus que interagem uns com os outros e possuem efeitos racionais em nossa construção identitária”. Esse mecanismo de interação é concebido como um processo baseado em relações de intersubjetividade possível de ser visualizado na existência em alguns idiomas de vários pronomes pessoais que apontam para significativas “refrações que a pessoa sofre conforme ela vai sendo vista a partir de diferentes perspectivas pessoais”. Nessa perspectiva é desenvolvido o conceito

de metaperspectivas, definido como a “visão da visão que o outro (você, ele, ela, elas) têm de mim”. A possível atuação do eu pode ser modificada em função das identidades que o eu assume para você, ele, ela, eles, elas. A visão de identidade que o sujeito constrói para si é multifacetada, organiza-se de acordo com a suposta identidade construída pelo outro para o eu (p. 11-12).

Minha identidade sofre múltiplas metamorfoses ou alterações, e no conceito dos outros eu me transformo nos outros (...). Essas alterações na minha identidade, conforme eu me torno outro para você, outro para ele, outro para ela e outro ainda para eles, são reinteriorizadas por mim para transformarem-se em meta-identidades multifacetadas (LAING, 1966, p. 12-13).

Pensar a respeito das projeções que os outros fazem de nós altera o que pensamos de nós mesmos. Nossas auto-identidades (a visão que temos de nós mesmos) são construídas a partir de um processo de complementaridade, ou seja, a auto-identidade de um indivíduo é constantemente alterada por sua meta-identidade (a visão que nós temos sobre a visão do outro sobre nós).

O indivíduo contemporâneo circula em uma esfera cultural complexa, instável, o que gera um aumento de complexidade nas relações interpessoais. Desse modo, o processo de formação de identidade complementar torna-se ainda mais instável. A constante alteração da perspectiva em função das metaperspectivas pode gerar o que Laing chama de espiral de perspectivas recíprocas e alterar comportamentos.

No espaço literário, esse complexo processo de construção de identidades aparece como reflexo das relações intersubjetivas. No meio da espiral das perspectivas recíprocas o produtor de textos literários transporta para a ficção a complexidade das relações humanas.

Tratamos até aqui de duas instâncias sobre o conceito de identidade. A primeira perspectiva é cultural, a segunda é uma visão intersubjetiva. A percepção da definição de identidades localizadas em contextos culturais foi destacada para demonstrar como o conceito de identidade é permeado por elementos culturais. Falamos nessa perspectiva sobre a relação entre Ocidente e Oriente. Distinta, mas complementar, a perspectiva do conceito de identidade como resultado de

processos intersubjetivos demonstra toda a complexidade presente nos processos de interação e sua influência para o que entendemos como identidade.

Destacamos na obra as duas instâncias de constituição identitária. O olhar dos narradores-personagens-leitores é permeado pela cultura Ocidental, pelos discursos instituidores de pretensa identidade cultural, na qual foi socializado. É, portanto, exemplo de um processo em que as duas instâncias sobre as quais falamos operam. Na narrativa de *Mongólia* a construção de alteração de metaperspectivas entre os narradores-personagens parece conduzi-la a um processo de fragmentação. O texto de Bernardo Carvalho mistura vários gêneros textuais, o diário, o texto jornalístico e o texto literário. *Mongólia* apresenta um enredo construído através da leitura e paráfrase de diários que dão conta da procura por um brasileiro desaparecido nos confins da Mongólia. Há três narradores-personagens. O desaparecido escreve sobre a viagem à Mongólia, relata elementos da religião, da geografia e da cultura desse país. Nesse ponto é interessante verificar que se constrói um discurso acerca do que é a Mongólia e o que seria o povo mongol. Na realidade, institui-se o discurso orientado pelo olhar do Ocidental a respeito de um país e um povo oriental.

O confronto entre o Ocidente e o Oriente parece antes um processo de formação identitária complementar do que propriamente um embate. É possível mapear índices atitudinais que nos permitem fazer tal afirmação. Quando o Ocidental fala sobre o povo chinês ele deixa clara a visão que tem sobre a cultura e a sociedade chinesa: “Bastou eu por os pés de novo nas ruas para voltar a impressão de que estava diante de uma sociedade sem nenhum interesse pela arte e pelos prazeres estéticos. Um povo pragmático e tosco” (CARVALHO, 2003, p. 21), e:

A beleza de um país como o Brasil é que, mesmo na miséria, e a despeito dela, floresce uma arte popular que não é simples artesanato ou folclore, na música sobretudo. Tenho a impressão (...) de que, na China, a idéia de arte contemporânea é, no máximo, um conceito ocidental reapropriado por uma elite minoritária que faz dela um pastiche (CARVALHO, 2003, p. 22)

Em outros momentos, tanto nos relatos do Ocidental quanto nos relatos do desaparecido percebe-se como o Oriental, no contexto da obra, esforça-se para enquadrar-se na metaperspectiva do Ocidental. Na procura pelo desaparecido, o Ocidental percorre o caminho que possivelmente aquele fizera. Ao chegar às iurtas – como são denominadas as moradias dos nômades mongóis -, qualquer outro turista ocidental espera determinadas posturas e comportamentos “típicos” daqueles sujeitos. Sabendo qual a imagem e a conduta esperada pelos turistas, os nômades comportam-se de maneira a satisfazer essa expectativa. Exemplo disso é o encontro do personagem o Ocidental com um falcoeiro, que ao saber de sua presença cumpre o ritual com o qual está acostumado. No intento de satisfazer o olhar do estrangeiro sobre si, assume uma identidade que lhe é atribuída, discursivizada na mídia e aceita como possibilidade identitária por ele.

Purevbaatar, por sua vez, tem dificuldade de entendê-lo e de traduzir o que o velho diz. Baitolda me toma por um turista interessado nos falcoeiros cazaques. Mostra a página de uma revista de turismo coreana em que há uma matéria sobre ele. Com belas fotos, no inverno. Diz que o jornalista que escreveu o artigo é um fotógrafo muito conhecido no mundo inteiro. Diz que, graças ao fotógrafo, ele também ficou conhecido no mundo inteiro (...) Diz que caça desde pequeno. Não perguntamos nada... (CARVALHO, 2003, p. 160)

Nesse sentido, poderíamos retomar a visão de Stuart Hall, quando ele afirma que as identidades nacionais são fruto de um processo discursivo gerador de uma imagem identitária, ilusoriamente, unificada. O comportamento do personagem assumindo imediatamente a postura que ele supunha ser a esperada pelo Ocidental demonstra como a discursivização pode gerar uma noção de identidade fixa, além disso, é exemplo de como a mídia pode contribuir para isso.

Voltando à questão de criação e alteração de metaperspectivas entre os narradores-personagens de *Mongólia*, é necessário evidenciar como esse processo se constitui. Precisamos antes descrever o contexto da obra em questão.

Um fotógrafo brasileiro viaja a trabalho para a Mongólia. Lá escreve diários nos quais relata a viagem e faz considerações acerca da religião e cultura da Mongólia. Ele desaparece e, por influência de seu pai, o Itamaraty envia um funcionário para tentar encontrá-lo. Este passa a ser denominado de o Ocidental.

Em sua procura pelo desaparecido ele também escreve um diário que retoma parte dos diários deixados pelo fotógrafo.

Alguns anos depois, em função da notícia da morte do Ocidental, o diplomata, responsável pelo envio daquele para a missão de busca, reencontra esses diários e resolve escrever sobre a história que eles contam. É este processo de leitura que ocorre no plano ficcional que promove o que estamos chamando de criação e alteração de metaperspectivas entre os narradores-personagens de *Mongólia*. Acreditamos poder analisar essa interação sob a ótica da teoria da interação do texto com o leitor descrita por Wolfgang Iser.

No texto “A interação do texto com o leitor” o teórico descreve como se dão os processos de interação entre essas duas instâncias. Ele recorre aos argumentos da teoria da interação proposta por Edward E. Jones e Harold B. Gerard em *Foundations of social psychology*, em que são tipificados os modos de contingência presentes nas interações humanas, e aos argumentos de Ronald D. Laing, H. Phillipson e A. R. Lee, que formularam a questão da percepção interpessoal já citada anteriormente.

Segundo Edward Jones e Harold B. Gerard (1967), a interação diádica ocorre quando duas pessoas interagem e alteram seu comportamento em função da presença do outro. Eles destacam ainda que, quando pensamos em uma conversa, geralmente nos remetemos ao que foi dito e não ao impacto que podemos causar no outro. Então deveríamos pensar no quanto o comportamento de um dos agentes, parte de um diálogo, influencia no comportamento do outro. Os autores afirmam, no entanto, que há nesse tipo de interação um elemento de imprevisibilidade. Isso porque os planos de conduta são processos mentais vagos e carregados de imprevisibilidade. Mesmo sendo processos imprevisíveis, em certa medida, em uma interação diádica, esses processos podem interferir na conduta dos agentes da interação e alterar possíveis respostas tornando a interação um exemplo de contingência, que pode ser tanto autoproduzida quanto produzida pela simulação social. Os autores admitem a complexidade da questão uma vez que os planos de conduta dos integrantes de uma interação social fazem parte de uma seqüência em aberto (p.505-506).

Edward Jones e Harold B. Gerard (1967), organizam sua exposição em quatro categorias de contingência: a pseudocontingência, a contingência assimétrica, a reativa e a recíproca.

- A pseudocontingência é descrita como um caso limite da interação social. Nesta categoria cada parceiro envolvido na interação conhece tão bem o plano de conduta do outro que as respostas e reações são totalmente previsíveis, desse modo, o curso da interação é perfeitamente pré-estabelecido. Os parceiros neste tipo de conduta comportam-se como atores encenando uma peça, com texto e contextos pré-estabelecidos (p. 506-507).
- A contingência assimétrica é caracterizada pela renúncia por parte de um dos parceiros de seu plano de conduta em função do plano de conduta do outro. Neste tipo de contingência um dos parceiros receberá a influência do outro (p. 509).
- A contingência reativa se estabelece quando os planos de conduta ou estratégias são encobertos pela reação momentânea ao que foi dito ou feito. Desse modo, os reais planos de conduta não são expressos (p.510).
- A contingência recíproca demarca um esforço dos parceiros da interação para que suas reações estejam tanto de acordo com as estratégias interiores ou planos de conduta quanto com as reações momentâneas do parceiro. O que pode gerar duas conseqüências: enriquecimento mútuo dos parceiros de interação ou surgimento de hostilidade mútua e crescente, sem benefício para nenhuma das partes (p. 512).

Ao analisar esses modos de contingência, Wolfgang Iser (1979) não tem a preocupação de descrever como se estabelecem essas formas distintas de contingência. Importa ao autor “que a imprevisibilidade dominante em toda interação é possível de se converter na condição constitutiva e diferencial de interação dos respectivos parceiros”. Dito de outro modo, o elemento de imprevisibilidade, é a condição, e não parte, de

qualquer processo de interação. A contingência possuiria uma “ambivalência produtiva: nasce da interação e, ao mesmo tempo, é sua propulsora” (p. 84-85).

Da visão psicanalítica sobre a comunicação, realizada por R. D. Laing, H. Phillipson e H. R. Lee, Iser afirma ser possível retirar “duas conseqüências semelhantes e essenciais para a avaliação analítica sobre a interação entre texto e leitor”. É importante para nossa pesquisa entender esse processo uma vez que ele é base construtora da narrativa de *Mongólia*.

Para o Iser, quando Laing aponta em sua teoria psicanalítica para o fato de que na percepção interpessoal, as reações recíprocas estão condicionadas tanto pelas expectativas mútuas dos parceiros quanto pela imagem que se constrói do parceiro, construção que contribui para as próprias reações de quem a criou, ele deixa evidente a impossibilidade de qualificação das percepções como “puras”, uma vez que elas são, em realidade, resultado de interpretação. Temos então experiência do outro à medida que se conhece a conduta do outro, mas não temos a experiência de como os outros nos experimentam. Um outro trabalho de Laing é citado por Iser para concluir que

...tua experiência de mim é invisível a mim e minha experiência de ti é invisível a ti. Não posso experimentar tua experiência. Não podes experimentar minha experiência. Nós dois somos invisíveis. Cada homem é invisível para o outro. A experiência e a invisibilidade do homem para o homem. (LAING, R. D. *The politics of experience* (Penguin Books), Harmondsworth 1968, p.16 *apud* ISER, 1979, p. 86)

As relações interpessoais seriam formadas basicamente por aquilo que não nos é dado. Laing descreve o que não nos é dado como *No thing*: o que está entre e não pode ser nomeado, o entre é em si mesmo nonada. Para Wolfgang Iser, nossas relações interpessoais fundamentam-se neste elemento, o nonada, pois reagimos pela tentativa de preenchimento desse vazio, fazemos isto através da formação de representações, uma vez que agimos como se soubéssemos como

somos vistos por nossos parceiros. O teórico afirma que seu interesse reside na observação de que as relações interpessoais assumem níveis patológicos à medida que os vazios são preenchidos com maior ou menor quantidade de projeções da fantasia pulsional. Iser conclui, baseado no argumento de que a interação é regulada e comandada pelo julgamento interpretativo, que não tem sentido falar da recepção como pura percepção, uma vez que esta seria algo impossível de se alcançar. A interação diádica produziria então a “negatividade da experiência” o que estimularia o constante movimento para fechar através da interpretação o vazio do entre. O modelo da relação texto-leitor difere dos modelos interacionistas pelo fato destes ocorrerem em situação de interação face a face, o que implica a possibilidade dos parceiros formularem perguntas e perceber as respostas a fim de saber se controlam a contingência. Na interação texto-leitor, o leitor nunca terá a certeza de que sua compreensão corresponde a uma suposta essência do texto. Além disso, neste tipo de interação não há as réplicas presentes na interação em presença. Essas réplicas têm, nesse contexto, uma finalidade contextualizada pelas ações dos parceiros. Mesmo esta ausência seria um elemento importante para a caracterização da relação texto-leitor e se constituiria como elo com a interação diádica, autorizando a análise da relação texto-leitor como forma de interação. Iser explica:

Pois a relação interativa no mundo social deriva da contingência dos planos de conduta, i. e., da impossibilidade de experimentar-se a experiência alheia, e não da situação comum ou das convenções que reúnem os parceiros. A situação e as convenções funcionam apenas como reguladores para a interação, da incontrollabilidade ou da inapreensibilidade da experiência alheia. Do mesmo modo, são os vazios, a assimetria fundamental entre texto e leitor, que originam a comunicação no processo de leitura. Aqui como ali esta ausência nos joga para fora, ou seja, a indeterminabilidade, ancorada na assimetria do texto com o leitor, partilha com a contingência – o nonada (no-thing) da inter-relação humana – da função de ser constituinte da comunicação (1979, p. 88).

Este vazio surge e se modifica pelo desequilíbrio presente nas interações diádicas e na assimetria texto-leitor. Duas situações podem se originar a partir desse desequilíbrio. A primeira é caracterizada pela inalterabilidade das projeções mútuas dos participantes ou, na interação texto-leitor, quando há uma imposição

das projeções do leitor independentemente do texto. A segunda é o êxito na interação texto-leitor. Situação que só aparece quando ocorre uma mudança no leitor. A mudança do leitor é caracterizada pela capacidade deste de experimentar algo que não havia em seu horizonte de referência. Isso só é possível quando uma multiplicidade de representações do leitor são provocadas pelo texto. Nesse contexto, a assimetria é substituída por um “campo comum de uma situação”. A total ocupação desta situação pelas representações do leitor é dificultada pela complexidade das estruturas textuais. O abandono das representações do leitor ocorre pelo aumento da complexidade dessas estruturas. Forma-se da imposição da representação mobilizada no horizonte de referência da situação. “Esta ganha contornos, que permite ao próprio leitor corrigir suas projeções. Só assim ele se torna capaz de experimentar algo que não se encontrava em seu horizonte” (ISER, 1979, p. 88-89).

A indeterminação presente na assimetria entre texto e leitor produz um dinamismo incontrollável e gerador de múltiplas possibilidades de comunicação. Iser constrói seu argumento sobre o processo de interação entre duas instâncias, ou agentes, do sistema literário: o texto e o leitor.

Recorremos aos seus argumentos para tentar demonstrar como a interação texto-leitor funciona na narrativa de *Mongólia*. Contudo, temos que fazer uma distinção: nós falaremos dessa interação em uma situação intradiegetica e não em um contexto de processamento de leitura na realidade sensível. Acreditamos, no entanto, ser possível aproveitar os conceitos demonstrados anteriormente em uma análise de nosso corpus, sobretudo em relação ao personagem leitor do diário.

A interação entre os narradores-personagens de *Mongólia* pode ser percebida através das anotações nas quais o jogo das percepções é evidenciado. O Ocidental e o diplomata constroem seus discursos de maneira a demonstrar suas metaperpectivas. O ocidental escreve um diário em forma de carta que, inicialmente, teria como remetente sua esposa. Nele deixa claro que se preocupa com a imagem que ela construirá dele ao ler determinados comentários acerca da cultura e do povo chinês: “... já posso ouvi-la a me chamar de equivocado e preconceituoso...” (CARVALHO, 2003, p. 22).

Ao ler o diário do Ocidental, o diplomata ‘entende’ que aquele diário-carta é endereçado a ele próprio. E, em sua interpretação, ele teria sido intencionalmente escrito para mostrar-lhe algo que não havia percebido: “Graças

ao diário, entendi por fim que não entendera nada seis anos atrás” (p.20) e “Embarcou numa sexta-feira de manhã. Nos apontamentos para a mulher, como uma longa carta (mas aí parece dirigida a mim), ele fala ter sobrevoado por quase duas horas regiões secas...” (p.33). Sendo o diário do Ocidental endereçado ao diplomata, a intenção de tal recurso seria a de alterar a visão que o Ocidental supunha que o diplomata tivesse em relação a ele. Em vários momentos dos discursos desses narradores-personagens podemos perceber a preocupação com a experiência do outro sobre si. Dito de outro modo, a preocupação em perceber a metaperspectiva construída para cada um.

Foi sinistra a impressão de me ver chamado de tolo e superficial por um morto, me reconhecer já no início do diário de um homem assassinado na véspera, quando tentava salvar o filho, me deixando como herança a consciência de minha incompreensão e insensibilidade (p.20).

Tentar apreender a experiência que o outro tinha de si parece ser um dos motivos da escrita do diplomata. Em outro momento de seu discurso, o diplomata diz em relação à atitude de recusa do Ocidental para a realização de busca pelo desaparecido:

E a presunção de que eu pudesse dispensá-lo sem que me desse nenhum motivo razoável, simplesmente porque já não queria ir, porque tinha mudado de idéia, por alguma razão subjetiva que me parecia tanto mais frívola por ele não querer revelá-la, me deixou fora de mim (...) e aquela mudança repentina de atitude me soou como uma traição, pelo menos como falta de reconhecimento e de gratidão pelo meu empenho” (p. 15-16).

Pode-se inferir dessa relação entre os narradores-personagens uma constante intenção de preencher os vazios, o nonada deixado nos discursos dos diários. Esta postura revela-se como característica presente na própria forma de escrita desses narradores. Quando tentam compreender o que o outro deixou escrito, estão também preenchendo vazios, para usarmos a terminologia de Iser.

A impossibilidade de experimentar a experiência alheia é geradora desses vazios e, como afirma Iser, são eles que dão origem à comunicação no processo de leitura. No caso de *Mongólia*, são necessariamente esses vazios, isto é, a tentativa de preenchê-los, o elemento principal da construção narrativa. Quando o Ocidental recorre aos diários do desaparecido, ele está tentando, a partir de um processo de interpretação, entender o que o desaparecido teria vivido. Da mesma forma, ao recorrer ao texto do Ocidental, o diplomata está reinterpretando interpretações. Nesse jogo de reinterpretações ocorre o processo inverso do esperado. Os narradores-personagens esperam alcançar a compreensão de algo, mas não conseguem construí-la, instituem, antes, o aumento de vazios, elevando-os a níveis mais complexos que os presentes em modelos narrativos tradicionais.

O processo intradieético de interação texto-leitor eleva a complexidade da interação entre texto-leitor na medida em que eleva o nível dos vazios que o leitor 'real' terá que preencher, instaurando uma perspectiva mediada não por um, mas por vários narradores. Nesse sentido, poderíamos falar de uma perspectiva em abismo, que o leitor tem que assumir. Ocorre o que Iser chama de mudança do leitor, caracterizada pelo abandono de seu horizonte de expectativa. Isso é possível em *Mongólia* porque os "complexos de controle" - condições às quais o leitor se submeteria para que a comunicação entre texto e leitor ocorra com êxito - são a indeterminação em que cada narrador-personagem coloca sua escrita e o próprio mecanismo de interação entre eles através da leitura e paráfrase dos diários uns dos outros. Nesse contexto, a comunicação entre texto e leitor tem como complexo de controle a tentativa de preencher vazios (nonadas) deixados pelos narradores-personagens.